BOLETIM INFORMATIVO

ICMS/SP - Redução da base de cálculo - Produtos têxteis e confecções - Roteiro de Procedimentos

A legislação paulista atribui tratamento fiscal diferenciado às operações com alguns produtos têxteis, realizadas dentro do território paulista, desde 1º de setembro de 2003, conforme determinava o artigo 400-C do RICMS/SP que tratava da aplicação do diferimento parcial nas operações com produtos têxteis. Entretanto, referido artigo foi revogado pelo Decreto nº 56.019/2010, que incluiu o artigo 52 ao Anexo II do RICMS/SP determinando a aplicação da redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com produtos têxteis. Porém, com a publicação deste Decreto, todas as cadeias (indústria, atacado e varejo) aplicariam citado benefício. Todavia, a aplicabilidade da redução foi posteriormente restringida às operações internas realizadas pelo estabelecimento fabricante, de modo a não mais abranger as operações efetuadas pelo comércio atacadista e varejista, inclusive para o consumidor final. No presente Roteiro tratamos sobre o novo regime de tributação dispensado ao setor têxtil, em conformidade com o que determina o artigo 52 do Anexo II do RICMS/SP, atualizado com as disposições do Decreto nº 56.850/2011 (DOE 19.03.2011) que tratou sobre as condições para a aplicação do benefício, a inclusão de novos produtos beneficiados e a prorrogação do prazo de vigência para aplicação da redução da base de cálculo.

ICMS/SP - Redução da base de cálculo - Produtos têxteis e confecções - Roteiro de Procedimentos

Roteiro - Estadual - 2011/3632

Sumário

Introdução

I - Produtos têxteis

II - Abrangência

III - Redução da base de cálculo

III - Crédito acumulado do ICMS

IV - Condições

V - Inaplicabilidade

VI - Prazo de aplicação da redução da base de cálculo

Millennium Network

Introdução

A legislação paulista atribui tratamento fiscal diferenciado às operações, com alguns produtos têxteis, realizadas dentro do território paulista, desde 1º de setembro de 2003, conforme determinava o [artigo 400-C do RICMS/SP](#).

Em sua redação original, dada pelo [Decreto nº 48.042/2003](#), referido artigo determinava o diferimento do lançamento do imposto, na proporção de 33,33% (trinta e três inteiros e trinta e três centésimos por cento), nas operações praticadas pelas indústrias com os produtos classificados nos capítulos 50 a 58 e 60 a 63, exceto os produtos das posições 5001 a 5003, 5101 a 5105, 5201 a 5203, 5301 a 5305, 5505, 5601, 5604, 5607, 5608, 5609, 6305, 6306, 6309 e 6310, todos da Nomenclatura Brasileira de Mercadorias do Sistema Harmonizado - NBM/SH.

Devido aos benefícios relativos ao ICMS concedidos por outras Unidades da Federação e pela "invasão" de produtos têxteis oriundos do exterior, o Governo do Estado de São Paulo atendeu a reivindicação das entidades representativas do setor têxtil, e ampliou o diferimento do imposto a outros produtos utilizados na cadeia têxtil e de confecção, e permitiu que o percentual do valor diferido seja de 61,11% (sessenta e um inteiros e onze centésimos por cento), conforme redação trazida pelo [Decreto nº 55.652/2010](#).

Entretanto, o [artigo 400-C do RICMS/SP](#) foi revogado, desde 17.07.2010 pelo [Decreto nº 56.019/2010](#), que acrescentou ao Anexo II do [RICMS/SP](#) o [artigo 52](#) que trouxe a previsão de aplicação de redução da base de cálculo do ICMS nas operações internas com produtos têxteis. Inicialmente, com a publicação deste Decreto, todas as cadeias (indústria, atacadista e varejista) aplicariam o benefício da redução da base de cálculo nas operações com tais produtos.

Note-se, contudo, que a partir da alteração realizada pelo [Decreto nº 56.066/2010](#) ao [artigo 52](#) do Anexo II, a aplicabilidade do benefício foi novamente restringida às operações realizadas pelo fabricante, determinando-se que a redução da carga tributária do setor de confecções deixa de abranger as operações efetuadas pelo comércio atacadista e varejista, inclusive as destinadas ao consumidor final.

No presente Roteiro tratamos sobre o novo regime de tributação dispensado ao setor têxtil, em conformidade com o que determina o [artigo 52 do Anexo II do RICMS/SP](#).

I - Produtos Têxteis

O diferimento parcial que era aplicado às operações com produtos têxteis foi revogado pelo [Decreto nº 56.019/2010](#), que determinou a concessão do benefício de redução de base de cálculo para as mesmas operações.

Ressalte-se que com a publicação do citado Decreto, todas as cadeias (fabricante, atacadista e varejista) aplicariam o benefício da redução da base de cálculo, contudo, em seguida foi publicado o [Decreto nº 56.066/2010](#) que restringiu a aplicabilidade do benefício às operações internas realizadas pelo estabelecimento fabricante, exceto para consumidor final.

Fundamentação: [artigo 52 do Anexo II do RICMS/SP](#) e [Decretos nºs 56.019/2010](#) e [56.066/2010](#).

II - Abrangência

A redução da base de cálculo do ICMS prevista no [artigo 52 do Anexo II do RICMS/SP](#) aplica-se na saída interna do estabelecimento fabricante dos produtos classificados nos seguintes capítulos da Nomenclatura Comum do MERCOSUL - NCM:

Capítulo da NCM	Descrição
50	Seda
51	Lã, pelos finos ou grosseiros; fios e tecidos de crina.
52	Algodão.
53	Outras fibras têxteis vegetais; fios de papel e tecidos de fios de papel.
54	Filamentos sintéticos ou artificiais; lâminas e formas semelhantes de matérias têxteis sintéticas ou artificiais.
55	Fibras sintéticas ou artificiais, descontínuas.
56	Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigo de cordoaria. Exceção: 5601 (pastas ("ouates") de matérias têxteis e artigos destas pastas ("ouates"));fibras têxteis de comprimento não superior a 5 mm ("tontisses"), nós e bolotas de matérias têxteis).
5601.30	Fibras têxteis de comprimento não superior a 5 mm ("tontisses"),
57	Tapetes e outros revestimentos para pavimentos (pisos), de matérias têxteis.
58	Tecidos especiais; tecidos tufados; rendas; tapeçarias; passamanarias; bordados.
5902.20.00	Telas de alta tenacidade de poliéster.
60	Tecidos de malha.
61	Vestuário e seus acessórios, de malha.
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha.
63	Outros artefatos têxteis confeccionados; sortidos; artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados; trapos. Exceção: 6309 - artefatos de matérias têxteis, calçados, chapéus e artefatos de uso semelhante, usados
9404.90.00	Edredons, almofadas, pufes e travesseiros.

Fundamentação: [artigo 52, caput e § 4º do Anexo II do RICMS/SP](#).

III - Redução da base de cálculo

As operações internas com produtos têxteis relacionados no tópico anterior realizadas por estabelecimento paulista industrial, exceto para consumidor final, observadas as condições mencionadas no tópico "IV", estão amparadas pela redução da base de cálculo do ICMS, de forma que a carga tributária final resulte em um dos percentuais a seguir, conforme opção do contribuinte:

a) 12% (doze por cento), com manutenção integral do crédito do ICMS relativo às entradas dos insumos ou das mercadorias beneficiadas com este benefício;

b) 7% (sete por cento), com manutenção integral do crédito do ICMS relativo às entradas dos insumos ou das mercadorias beneficiadas com a redução da base de cálculo prevista neste roteiro.

Caso o contribuinte opte pela aplicação da redução da base de cálculo de 7%:

a) a opção deverá ser declarada em termo lavrado no livro Registro de Utilização de Documentos Fiscais e Termos de Ocorrências, devendo a renúncia a ela ser objeto de novo termo, que produzirá efeitos, em cada caso, por período não inferior a 12 (doze) meses, contados do primeiro dia do mês subsequente ao da lavratura do correspondente termo;

b) não será aplicado o disposto no [artigo 71 do RICMS/SP](#) que trata sobre a geração do crédito acumulado do ICMS;

c) eventual saldo credor decorrente das operações realizadas no âmbito do benefício deverá ser estornado seis meses após o período de referência em que foi gerado, até o limite do saldo credor disponível no último dia do sexto mês, deduzido deste o crédito relativo aos insumos e produtos acabados existentes em estoque na mesma data.

Fundamentação: [artigo 52, incisos I e II, § 2º, item 1 do Anexo II do RICMS/SP](#).

III.1 - Crédito acumulado do ICMS

Na situação citada na letra "b" do tópico anterior, ressaltamos que algumas operações por serem objeto de benefícios ou incentivos fiscais podem gerar crédito acumulado do imposto, o qual distingue-se do saldo credor constante no livro Registro de Apuração do ICMS. Para apropriação, validação e uso destes valores, a legislação paulista traz regras especiais.

Em linhas gerais, devemos nos lembrar que o ICMS é um imposto não-cumulativo, ou seja, que permite o aproveitamento do crédito do ICMS oriundo das aquisições, para compensar com o débito do imposto devido pelas operações de saída. Assim, o estabelecimento que adquire insumos para a fabricação de produtos têxteis tem direito ao crédito do imposto devidamente destacado nos documentos fiscais de origem, pois, como regra geral, essas aquisições estão diretamente ligadas à sua atividade fim.

Dessa forma, a aquisição de insumos gera direito ao crédito do ICMS que pode ser utilizado para diminuir o imposto devido pelas saídas. Entretanto, como as saídas dos produtos têxteis do estabelecimento fabricante estão amparadas pela redução da base de cálculo, pode ocorrer de os débitos serem inferiores aos créditos apropriados no período, gerando o denominado crédito acumulado, conforme [artigo 71, inciso III do RICMS/SP](#).

Note-se que apenas terá direito ao crédito acumulado o contribuinte optante pela redução da base de cálculo em que a carga tributária final chegue ao percentual de 12% (doze por cento), já que há vedação expressa em relação à opção pela redução para uma carga tributária de 7%.

Millennium Network

Fundamentação: artigo 52, incisos I e II e § 2º do Anexo II do RICMS/SP.

IV - Condições

A aplicação do benefício da redução da base de cálculo que trata este Roteiro fica condicionado a que:

- a) o contribuinte esteja em situação regular perante o fisco;
- b) o contribuinte não possua, por qualquer de seus estabelecimentos:
 - b.1) débitos fiscais inscritos na dívida ativa deste Estado;
 - b.2) débitos do imposto declarados e não pagos no prazo de até 30 (trinta) dias contados da data de seu vencimento;
 - b.3) débitos do imposto decorrentes de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM, em relação ao qual não caiba mais defesa ou recurso na esfera administrativa, não pagos no prazo fixado para o seu recolhimento;
 - b.4) débitos decorrentes de Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM ainda não julgado definitivamente na esfera administrativa, relativos a crédito indevido do imposto proveniente de operações ou prestações amparadas por benefícios fiscais concedidos em desacordo com o disposto no artigo 155, § 2º, XII, "g", da Constituição Federal;
- c) na hipótese de o contribuinte não atender ao disposto na letra "b":
 - c.1) os débitos estejam garantidos por depósito, judicial ou administrativo, fiança bancária, seguro de obrigações contratuais ou outro tipo de garantia, a juízo da Procuradoria Geral do Estado, se inscritos na dívida ativa, ou a juízo do Coordenador da Administração Tributária, caso ainda pendentes de inscrição na dívida ativa;
 - c.2) os débitos declarados ou apurados pelo fisco sejam objeto de pedido de parcelamento deferido e celebrado, que esteja sendo regularmente cumprido;
 - c.3) o Auto de Infração e Imposição de Multa - AIIM ainda não julgado definitivamente na esfera administrativa seja garantido por depósito administrativo, fiança bancária, seguro de obrigações contratuais ou outro tipo de garantia, a juízo do Coordenador da Administração Tributária.

NOTA

Caso o contribuinte deixe de observar as condições previstas neste tópico, o benefício da redução da base de cálculo não será aplicável a partir do primeiro dia mês seguinte ao da ocorrência do fato. Na hipótese em que haja a regularização da situação, poderá ser aplicado o benefício a partir do primeiro dia do mês subsequente à data da regularização.

Fundamentação: artigo 52, § 1º e § 2º, itens 2 e 3 do Anexo II do RICMS/SP.

Millennium Network

V - Inaplicabilidade

O dispositivo legal que determina a redução também estabelece as situações de não aplicabilidade do benefício. Assim, a redução da base de cálculo do imposto nas operações com produtos têxteis não se aplica:

- a) às operações interestaduais;
- b) na saída da mercadoria de estabelecimento comercial atacadista ou varejista;
- c) na saída da mercadoria por contribuinte optante pelo Simples Nacional;
- d) nas operações que destinem a mercadoria ao consumidor final.

VI - Prazo de aplicação da redução da base de cálculo

Cabe enfatizar que a legislação paulista prevê prazo específico de vigência deste benefício fiscal, ou seja, a redução da base de cálculo do imposto incidente sobre as operações com estes produtos vigorará até 31 de dezembro de 2012.

Fundamentação: artigo 52, § 3º do Anexo II do RICMS/SP.

Fonte: Fiscosoft